

**HABEAS CORPUS Nº 547.601 - SP (2019/0352203-2)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
ALINE TOYAMA SHIRAKI - SP330200  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : BRUNO WESLEY MATIAS DO NASCIMENTO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de BRUNO WESLEY MATIAS DO NASCIMENTO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido na Apelação n.º 0007658-23.2017.8.26.0635.

Consta dos autos que, em 14/08/2018, o Paciente foi condenado à pena de 6 (seis) anos, 2 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, em regime fechado, e ao pagamento de 15 (quinze) dias-multa, como incurso no art. 157, § 2.º, inciso II, do Código Penal, na medida em que "*subtraiu, mediante grave ameaça exercida com emprego de um simulacro de arma de fogo, a motocicleta Honda/Bros, placa GCT 4610, pertencente à vítima Rodrigo Siqueira de Carvalho*" (fl. 43).

Inconformada, a Defesa interpôs recurso de apelação, que foi desprovido pela Corte de origem, com a seguinte ementa (fl. 42):

*"Apelação da Defesa – Roubo em concurso de agentes – Réu reconhecido pessoalmente por uma das vítimas – Consistentes depoimentos das vítimas e das testemunhas – Provas suficientes à condenação – Causa de aumento quanto ao concurso de agentes bem reconhecida – Pena-base fixada no mínimo legal a minguia de maus antecedentes – Exasperação da pena em 1/3 ante a causa de aumento – Concurso formal reconhecido e subsequente elevação da pena em 1/6 – Regime inicial fechado adequado ao caso – Necessidade de maior rigor no início do cumprimento da pena dos delitos praticados com grave ameaça contra a pessoa – Recurso de apelação desprovido."*

Neste *writ*, a Parte Impetrante sustenta, em suma, constrangimento ilegal, pois "*o E. Tribunal de Justiça entendeu devida a imposição do regime inicial fechado para o paciente com base tão somente na gravidade abstrata do roubo*" (fl. 6).

# Superior Tribunal de Justiça

Requer, liminarmente, a fixação do regime semiaberto. No mérito, a confirmação da liminar.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

O acórdão atacado está assim fundamentado (fls. 46-47; sem grifos no original):

*"A pena-base foi fixada no mínimo legal a minguada de maus antecedentes, em 04 anos de reclusão e 10 dias-multa em seu valor unitário mínimo.*

*Na segunda fase da dosimetria, a pena permaneceu inalterada, pois ausentes circunstâncias agravantes ou atenuantes a serem consideradas.*

*Na terceira etapa houve a elevação da pena em 1/3, ante a incidência da causa de aumento quanto ao concurso de agentes, e esta alcança 05 anos e 04 meses de reclusão e 13 dias-multa em seu mínimo unitário.*

*Por fim, reconhecido o concurso formal entre os dois crimes de roubo, a pena de um dos delitos foi elevada em 1/6, nos termos do artigo 70 do Código Penal, resultando em 06 anos, 02 meses e 20 dias de reclusão e 15 dias-multa em seu mínimo unitário, eis que o acusado subtraiu bens que integravam dois patrimônios distintos, ciente de tal circunstância, não havendo que se falar em crime único .*

[...]

***O regime inicial fechado é o adequado à pena de reclusão e fica mantido, pois se trata de crime perpetrado com grave ameaça à pessoa, cuja ação parece revelar personalidade desajustada, voltada ao ganho patrimonial em desrespeito à integridade física e psicológica do cidadão de bem.***

*O crime em questão traz desassossego à sociedade, autorizando o encarceramento mais severo na fase inicial do cumprimento da pena corporal, e conceder-lhes regime mais brando seria decidir contra os anseios da coletividade, que clama por mais rigor na punição dos crimes praticados com grave ameaça ou violência contra as pessoas."*

Constato a presença dos requisitos autorizadores do pedido liminar.

A fixação de regime mais gravoso deve ser feita com base em fundamentação concreta, a partir das circunstâncias judiciais dispostas no art. 59 do Código Penal ou de outro elemento que demonstre a extrapolação da normalidade do tipo. Nesse sentido, são os enunciados das Súmulas n.ºs 440 do STJ, 718 e 719, ambas do STF, que assim dispõem,

respectivamente:

*"Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito."*

*"A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada."*

*"A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea."*

Na hipótese vertente, o Tribunal de origem, apesar de reconhecer a primariedade do Paciente, manteve o regime inicial fechado.

O art. 33, § 2.º, alínea *b*, do Código Penal dispõe que **"o condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semiaberto"**.

Ademais:

*"A grave ameaça ou violência, o emprego de arma de fogo e o concurso de agentes são elementos inerentes ao tipo penal e à causa de aumento, não servindo para impor modo de resgate mais gravoso do que aquele previsto no artigo 33, § 2º, do CP, haja vista tais circunstâncias já terem sido sopesadas pelo legislador quando da definição das penas em abstrato" (AgRg no REsp 1.563.247/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 11/03/2016).*

No caso, o Paciente é primário, não tendo sido valorada negativamente nenhuma vetorial do art. 59 do Código Penal na fixação da pena-base e imposta a pena final de 6 (seis) anos, 2 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, **cabível o regime segundo o quantum da pena aplicada, portanto, o semiaberto**, uma vez que a fundamentação lançada pela Corte local para fixar o regime inicial mais gravoso não extrapola o tipo penal do crime de roubo majorado.

Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar para determinar que o Paciente seja transferido para o regime semiaberto até o julgamento definitivo deste *writ*.

Oficie-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e ao Juízo de primeiro grau.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Devidamente instruídos os autos, dispensei o pedido de informações.

Ouçe-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora